POLITICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: A QUESTÃO RACIAL - 1999 - 2005.

Benedita Marques Borges
Regina Tereza Cestari de Oliveira (orientadora)

Esta pesquisa, em andamento, trata da política de Formação Continuada de Professores da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), referente à questão racial, no período de 1999 a 2005. Delimitou-se para estudo o citado período pelo fato de que em um mesmo governo, com três Secretários de Educação, o trabalho voltado para a igualdade racial, teve continuidade, de modo específico, em um curso de capacitação denominado AWA DE! (palavra africana, que significa presença dos esforços de inclusão do povo negro a partir de um contexto sócio histórico cultural) que visa formar professores sobre a questão racial e instrumentalizá-los para lidar com a diversidade no cotidiano escolar. O objetivo da pesquisa, portanto, é verificar a materialização da temática desenvolvida nesse curso no contexto escolar, por meio da análise do plano anual de ensino dos professores de ensino fundamental. A investigação baseia-se nos seguintes documentos: decretos, leis, projetos do curso, planos elaborados pelos participantes do curso, além de entrevista, com base em um roteiro de questões abertas, com professores da disciplina de História da 8ª série, com os coordenadores pedagógicos e com a direção das escolas selecionadas, que participaram do curso, para verificar a concepção dos mesmos sobre preconceito, racismo e discriminação, ou seja, conceitos desenvolvidos no referido curso.

Palavras-chave: Política Educacional; Formação Continuada e Questão Racial.

POLITICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: A QUESTÃO RACIAL - 1999 - 2005.

Este trabalho em andamento tem como objetivo analisar a *Política de Formação Continuada de Professores da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul: A Questão Racial no período de 1999 a 2005*.

O interesse por esta temática deve-se a minha experiência profissional como professora e Orientadora Educacional do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Campo Grande – MS, em que já presenciei situações em sala de aula envolvendo preconceito, racismo e discriminação racial.

No governo de Mato Grosso do Sul, de José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT), na Gestão de 1999 – 2002, por meio do Secretário de Estado de Educação,

> "apresentou o projeto denominado Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição – inspirado na história de resistência dos trabalhadores em educação que acreditam na escola pública. O referido projeto foi responsável por muitas mudanças relevantes na educação sul-mato-grossense como, por exemplo, a implantação de políticas específicas para as populações afrodescendentes, indígenas, do campo e para pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como a realização da Constituinte Escolar, marco inicial da discussão do Plano Estadual de Educação" (SED, 2005, p. 3).

Um dos momentos da Constituinte Escolar envolvendo vários segmentos da sociedade civil e sociedade política foi elaborado os Cadernos Temáticos[1] como forma de nortear a reflexão e a discussão de cada tema, bem como o debate das propostas da Secretaria de Estado de Educação.

---

[1] – Cadernos Temáticos – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2000.

Registra-se no Caderno (2000, p. 21), que a proposta denominada,

> *a Escola Guaicuru – Vivendo Novas Lições, tem o intuito de promover mudanças por meio do ensino estadual em propor uma ampla discussão sobre as relações raciais na escola, em especial sobre as condições da população afro-brasileira. Sabendo que os negros são vítimas de visões negativas estereotipadas e invisibilizados pela mídia, em que o padrão de beleza é branco, que são poucos os negros em posição de destaque fora do futebol e da música, que os negros formam a grande parte da população pobre do Brasil, o nosso desafio é avaliar como isso chega às escolas e afeta as nossas crianças, adolescentes e a comunidade escolar como um todo. Ou seja: de que forma o racismo e a desigualdade racial vigentes na sociedade brasileira se manifestam na sala de aula?*

O documento citado acima (p.27) inclui, especificamente, a temática Afro-Educação, para qualificar educadores para a superação de atitudes discriminatórias e trabalhar políticas que visam garantir o direito à cidadania e à educação, de qualidade.

Essas ações de cunho social, histórico, cultural e político tratam de questões críticas a serem trabalhados dentro de uma rede de ensino pluricultural, que até então não eram evidenciados com a comunidade escolar especificamente.

No processo da Constituinte, iniciou-se uma discussão, entre outras, mais acentuada com a sociedade direcionada à questão racial pensando na participação efetiva, com o interesse de construir o Plano Estadual de Educação para MS (PEE). Nesta gestão não foi possível à concretização do PEE, pois houve a mudança de Secretário de Educação.

Em seguida, ao assumir a pasta da Secretaria de Estado de Educação, o Professor Antônio Carlos Biffi, não deu seqüência ao processo da Constituinte Escolar da gestão que o antecedeu.

Entende-se, assim, que as políticas implementadas de modo geral, são de caráter governamental e não se constituem políticas públicas de Estado. Tanto que propostas educacionais como a Constituinte Escolar, não chegaram a sua finalização por questões políticas partidárias evidenciando a falta de articulação e integração das gestões públicas.

A descontinuidade da Constituinte não parou o funcionamento do trabalho da Diretoria de Políticas Específicas em Educação da Secretaria de Estado de Educação, criada por meio do Decreto nº 9.607 de 24/08/1999, ora denominada Coordenadoria de

Políticas Específicas em Educação (COPEED), redimensionada pelo decreto nº 10.200 de 04/01/2001.

E na Coordenadoria foi proposta pelo governo para viabilizar a inclusão de populações historicamente excluídas ou atendidas de forma ineficiente ou insuficiente e como estratégia propõe políticas educacionais específicas, em parceria com outros setores da Secretaria de Estado de Educação, instituições públicas e organizações não-governamentais, mediante Gestões de Processos, ou seja, equipes de trabalho para atender as seguintes demandas:

? Educação Escolar Indígena;

? Educação para a Igualdade Racial;

? Educação Básica do Campo;

? Vivendo Novas Lições;

? Programa Brasil; Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Em janeiro de 2003, o Professor Hélio de Lima, assumiu a Secretaria de Estado de Educação e retomou alguns encaminhamentos da Gestão do Secretário Pedro Kemp, por exemplo, a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), que foi aprovado pela Lei nº 2.791 de 30 de dezembro do mesmo ano. No PEE, consta a meta voltada para a diversidade étnico - racial, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Além disso, dá seqüência aos trabalhos da COPEED – Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, dentre dela destaca-se a Gestão da Igualdade Racial.

A Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial tem como principais objetivos: elaborar ações educacionais capazes de superar as desigualdades raciais no Estado de MS; contribuir para o conhecimento e a valorização da diversidade étnico cultural da população brasileira nas escolas; elaborar e implementar uma política de combate ao racismo na educação para a superação das desigualdades sociais e raciais em toda a rede estadual de ensino.

As atribuições dessa gestão consistem em: capacitar e subsidiar os professores da rede estadual de ensino para o desenvolvimento e aplicação da política de combate ao racismo e superação das desigualdades raciais e raciais; acompanhar sistematicamente as escolas estaduais e comunidades remanescentes de quilombos, fornecendo subsídios teóricos aos professores; assessorar a elaboração da proposta político – pedagógico, nas comunidades denominadas negras; incluir a temática de superação das desigualdades raciais em todas as políticas desenvolvidas pela Secretaria;

propor a implementação de ações afirmativas garantindo a superação das desigualdades raciais em programas específicos do Governo Popular como: Bolsa Escola; Mova (Movimento de Alfabetização); Cursinho Popular Pré-Vestibular para carentes, hoje Curso Popular.

Além da coordenação Geral do Curso Preparatório de Pós – Graduação de Mestrado e Doutorado para Afros descendentes e Indígenas. Por um Protocolo de Intenções assinado em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e Bolsa Ford por meio da Fundação Carlos Chagas e o Governo MS, atende os municípios de Campo Grande, Aquidauana, Dourados e Cassilândia, com intuito de beneficiar com bolsa da Ford, alunos negros e indígenas, para acesso e permanência nos estudos.

Pode-se dizer que a principal atividade desenvolvida pela Gestão foi o Curso de capacitação de 60 horas sobre a questão racial aos profissionais da educação da rede estadual de ensino, denominado AWA DE! Palavra africana, que significa presença dos esforços de inclusão do povo negro a partir de um contexto sócio histórico cultural.

O curso tem como objetivos: formar professores sobre a questão racial, combater a discriminação racial, racismo em sala de aula; instrumentalizar os professores e educadores para lidar com diversidade no cotidiano escolar; superar as desigualdades raciais existentes na sociedade; para entender como se dá o processo de discriminação social e racial no Brasil e seus reflexos na sociedade e na escola. (Constituinte Escolar Construindo a Escola Cidadã. Escola Guaicuru. (2000 p.27).

O público alvo do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!, abrange os professores, os coordenadores pedagógicos, os diretores administrativos e pedagógicos e os funcionários administrativos das escolas da rede estadual de ensino de MS, tendo-se a compreensão que no ambiente escolar todos são educadores e cada um traz uma trajetória particular.

O curso foi ministrado por meio de cinco módulos abordando o seguinte conteúdo programático: idéias gerais sobre racismo, preconceito, preconceito racial, discriminação, discriminação racial, minorias sociais, História do negro do período colonial, contextualizando os fatos de cada época. Além de políticas públicas educacionais de ação afirmativa.

O Curso foi desenvolvido utilizando a seguinte metodologia: palestra seguido de debate trabalho em grupo, análise de livro didático. Mas recurso didático como filme sobre a questão racial e sugestões de referências bibliográficas e filmes.

Os participantes do curso receberam seus certificados mediante apresentação de projetos para serem desenvolvidos na escola e presença comprovada por meio de assinatura em lista de presença de no mínimo 75%, expedidos pela parte competente da Secretaria de Estado de Educação.

A equipe de trabalho ministrante do curso constitui a Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial, é uma gestão composta de cinco pessoas, todas com formação superior completo, e sendo três mestrandas em educação.

A partir do acima exposto, entende-se como uma política de programa de governo o trabalho da COPEED, para atender as minorias socialmente excluídas. Delimitou-se para estudo o período de 1999 a 2005 pelo fato de que em um mesmo governo partidário, com três Secretários de Educação de diferentes correntes de pensamento, o trabalho com a educação inclusiva, incluindo a educação para a igualdade racial, teve continuidade.

Como escreve Azevedo (2004, p.59):

> *"A política educacional como exemplo, não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula são espaços em que concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projetos ou modelo educativo que se tenta por em ação".*

No Brasil a diversidade étnico racial vem ganhando centralidade, principalmente as ações voltadas para a educação da população negra como, Segundo (HENRIQUES apud ROCHA e PANTOJA) (2004, p. 98):

> *... 40% da população branca é considerada analfabeta funcional (menos de três anos de estudos), enquanto esse percentual dentre os negros é de 55%; 19% da população branca tem mais de 11 anos de estudos contra 7,5% dos negros; o número de brancos com nível superior completo é de 5 vezes maior que o número de negros. E o mais sério e revelador da discriminação e racismo nacional: há um componente de discriminação racial independente da condição de renda das famílias. Os negros têm desempenho escolar pior que os brancos, mesmo dentro do mesmo segmento de renda.*

No Brasil a partir do final da década de 1990, vem tomando corpo à política chamada ação afirmativa. Entende-se essa ação no sentido de haver um esforço emanado do Estado com instituições governamentais e iniciativas da sociedade civil

organizada, para oferecer aos grupos socialmente excluídos oportunidades de participar com igualdade da dinâmica da mobilidade social superando as desigualdades sociais e, assim, compensar com políticas sociais o que historicamente os dados estatísticos revelam nacionalmente.

Na Índia, a primeira Constituição de 1948, previa medidas especiais para o ensino superior e ao funcionalismo público, de caráter compensatório aos desfavorecidas socialmente, vítimas de discriminação ou racismo. Tomando esse fato verifica-se, também, que a sociedade política e sociedade civil brasileira esta repensando estratégias voltadas para a educação, no sentido de reduzir a desigualdade social. (VIEIRA apud SILVA e SILVÉRIO, 2003, p. 83) afirma que:

> *A educação, tanto para pesquisadores como para pedagogos, tem se constituído um dos eixos básicos na reflexão sobre o combate às desigualdades na sociedade brasileira. Tema multidisciplinar, muito tem sido escrito com relação à prática e à política educacionais, e as análises que vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas têm tentado direcionar a educação para uma ação política, libertadora, e mais essencialmente, democrática.*

Como afirma (HENRIQUES APUD ROCHA e PANTOJA, 2004, p. 97):

> *As desigualdades sociais e econômicas no Brasil já são de consenso nacional e internacional. Somos, reconhecidamente, um país de intensas e estáveis desigualdades. Ao mesmo tempo em que, por muitas vezes e em diversos setores, figuramos entre os países com melhor posicionamento no mundo, invariavelmente ocupamos as listas de disparidades distributivas, pobreza, indigência, baixa escolaridade, dentre outros. Contudo, entre os excluídos, há um traço característico demarcado: a raça e etnia dos brasileiros.*

À população negra no Brasil, como maioria, continuam sendo negados os direitos e as oportunidades, no entanto como é reconhecida tal exclusão neste país, os organismos internacionais, como o Banco Mundial, FMI, Bird, UNESCO e outros, adotam tipos de investimentos para as minorias sociais principalmente por meio da educação básica, em especial o ensino fundamental, no intuito de elevar o nível de escolaridade como meta de reduzir a pobreza. Mas como reduzir a pobreza em um país tão desigual socialmente e economicamente?

O desafio é analisar: Como essa política de formação continuada de professores sobre a questão racial, esta presente no trabalho pedagógico, como, por exemplo: no

Plano Anual de ensino? Será que essa formação continuada aos professores promove mecanismos para reduzir as desigualdades sociais e raciais a partir do contexto pedagógico – 1999 – 2005? Qual a concepção dos professores, diretores e coordenadores sobre, preconceito, racismo e discriminação?

Segundo Azevedo (2004, p.59):

> *"Na década de 1980, os estudos sobre as políticas públicas passaram a ganhar uma centralidade no Brasil, possibilitando a afirmação de um campo de investigação a respeito desta temática, campo este vinculado, sobretudo, à Ciência Política e à Sociologia".*

Sendo assim, este estudo insere-se no âmbito das políticas públicas educacionais e na linha de pesquisa do Programa de Pós – Graduação – Mestrado em Educação "Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente", da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Neste momento será oportuno salientar por meio do Estado da Arte algumas dissertações de Mestrado voltadas à questão racial, levantadas em duas Universidades de Mato Grosso do Sul, uma vez que no Estado de MS esta temática vem sendo estudada recentemente, por exemplo: Dias (1997) em seu texto: "Diversidade Étnico – Racial e Educação Infantil. Três Escolas, uma questão, muitas Respostas", cujo objeto "é o cotidiano da pré – escola e a maneira como nele se expressam às relações existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira". Discutindo, entre outros, o conceito de raça humana.

Silva (2002.), em seu trabalho: "Ascensão social e os conflitos de Gênero e Raça". Uma análise das condições sociais e raciais da mulher negra, que procura cursar o ensino superior como uma maneira de superar barreiras para encontrar profissões fora a do magistério.

Conceição (2003) analisa, "O programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul e Educação". Neste trabalho estuda os programas de ação afirmativa do citado Estado.

Portela (2004), em seu trabalho, "A Pluralidade Cultural e a Proposta pedagógica na Escola – um estudo comparativo entre as propostas pedagógicas de uma escola de periferia e uma escola de remanescentes de quilombos".

De modo geral, este projeto de pesquisa citado anteriormente, tem como objetivo principal empreender uma análise de Política de Formação Continuada de

Professores da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul: A Questão Racial no período de 1999 – 2005.

Não podemos deixar de registrar que no Estado de Mato Grosso do Sul, há mais de 20 anos o movimento negro intitulado, Trabalho Estudo Zumbi (Tez), começou a fazer reivindicação aos governantes para atender a população negra, com palestras nas escolas sobre a História do negro além da apresentada nos livros didáticos e debates com a sociedade.

A Secretaria de Estado de Educação do Estado MS, a que se tem conhecimento é a pioneira com este trabalho, por meio de formação sobre a questão racial institucionalmente como forma de fortalecer a formação dos profissionais de educação, propiciando novas formas de mediar, intervir de maneira fundamentada e diferenciada no contexto pedagógico em questões como o da pesquisa apresentada.

Estes trabalhos voltados às temáticas raciais, visibilizam a ausência de pesquisas cientificas, para contribuir com a sociedade, que possibilite uma análise para compreensão dos fatos das desigualdades sociais e raciais, estatisticamente comprovados pelos órgãos oficiais.

Para tanto, o aporte teórico será baseado em autores que estudam e pesquisam sobre a política pública educacional, a questão do negro e educação. Entre eles: Dermeval Saviani; Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.1988; Roberto G. Bianchetti; Janete M. Lins de Azevedo; Maria José Rocha e Selma Pantoja (organizadoras; Cidinha da Silva).

Dada à centralidade que a diversidade étnico racial tomou no Brasil, devido as políticas públicas, sociais e compensatórias, tanto do governo federal como o estadual em MS. Pode-se contar, com alguns documentos que vem respaldando este debate como Lei sancionada de nº 10.639/09-01-2003, sobre a obrigatoriedade de todas as redes de ensino incluir em conteúdo a História africana e brasileira, em especial nas disciplinas de História, Artes e Literatura; Plano Estadual de Educação de MS, aprovado em dezembro do ano de 2003, com metas referentes às diversidades culturais desde a educação infantil ao ensino superior; Políticas de Cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de MS, o Proune, Programa Universidade Para Todos, que contempla cotas números de vagas no vestibular à população negra e indígena para acesso nas universidades.

O procedimento da metodologia técnicas de pesquisa em educação, que se aproxima desta pesquisa, será por intermédio de: Leitura e sistematização de textos

relacionados à temática em estudo; Análise de documentos oficiais e do curso de formação de professores - Capacitação de Educadores AWA DE; Caderno da Constituinte Escolar, proposta do programa de governo estadual do período de 1999 – 2005; Material utilizado no curso como os livros, textos filmes e os projetos elaborados pelos professores participantes do citado curso; Plano Anual de Ensino do professores de História do Ensino Fundamental a temática da questão racial; Entrevistas com base em um roteiro aberto de questões tendo como sujeitos os professores, os coordenadores e a direção escolar.

A rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, tem suas escolas organizadas por Conselho das Unidades Escolares – COUNES, no qual fazem parte 14 unidades escolares. Tendo escolhida para campo de pesquisa duas escolas estaduais do Counes da região:

Guaicuru - Nº. 02, que trabalha com 06 seis escolas estaduais a escolhida - EE José Barbosa Rodrigues, no Bairro Universitária;

Central – Nº. 04, abrange 13 escolas, para a pesquisa – EE Antônio Delfino Pereira, na Vila São Benedito.

A preferência das referidas escolas deve-se pelo fato das mesmas terem participado de curso de formação na temática racial e por desenvolverem trabalhos voltados à temática em questão.

De acordo com o exposto acima, gostaria de salientar que a partir das análises parciais dos planos anuais elaborados pelos professores de História da 8ª série do Ensino Fundamental das escolas estaduais escolhidas sobre a questão racial evidenciam o interesse dos participantes em colocar em prática as demandas suscitadas referentes a questão racial. Conforme planos elaborados pelos participantes do curso, além de entrevista, com base em um roteiro de questões abertas, com professores da referida disciplina e série, bem como os coordenadores pedagógicos e direção das escolas selecionadas, que participaram do curso, para verificar a concepção dos mesmos sobre preconceito, racismo e discriminação, ou seja, conceitos desenvolvidos no referido curso.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação Como Política Pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL.

ROCHA, Maria José e PANTOJA, Selma (org.) **Rompendo Silêncios – História da África nos currículos da educação básica**. Brasília. DP Comunicações, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Educação e Etnias Indígenas e Negros**,

n º 2. Constituinte Escolar Construindo a Escola Cidadã. Escola Guaicuru. 2000.

SILVA, Cidinha (org.). **Ações Afirmativas em Educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília**: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.